



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

No início do mês de Outubro, a Reolin - operadora com 27 carreiras de autocarros e com mais de 500 trabalhadores, que assegura as deslocações diárias de mais de 160 passageiros - apresentou um pedido de declaração de falência. Por forma a garantir a estabilidade dos trabalhadores e o normal funcionamento do serviço público de autocarros, o Governo anunciou tomar, através de sequestro, a exploração daquela operadora por um período de 6 meses. Os avultados investimentos materiais e em recursos humanos decorrentes disto vão necessariamente influenciar o normal funcionamento da DSAT e a implementação de outras políticas de trânsito. Trata-se de uma medida extraordinária, que não se deve ser implementada sem prazo. O Governo tem necessariamente de aproveitar bem o prazo de gestão de 6 meses para definir, quanto antes, uma política estratégica concreta para o funcionamento a longo prazo da Reolin. E o mais importante é não permitir que o caso de declaração de falência da Reolin influencie a concretização da Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau.

Face ao exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. A tomada, através de sequestro, da exploração da Reolin pelo Governo é apenas uma medida estratégica extraordinária para responder de forma atempada a um risco. Tendo em conta que o prazo de gestão de 6 meses é relativamente curto, o Governo tem necessariamente de definir, quanto antes, planos a longo prazo para o funcionamento das carreiras, por forma a evitar



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

qualquer situação de caos quer para a concretização da Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau quer para o aperfeiçoamento do serviço público de autocarros. Então, de que planos dispõe o Governo para o efeito? O Governo vai ainda divulgar todas as formas possíveis de resolução da situação?

2. Perante os procedimentos jurídicos do pedido de falência da Reolian, pode haver lugar à penhora e apreensão do seu património, autocarros, etc.. O Governo já afirmou ter previsto o pior dos cenários, assim sendo, com vista a tranquilizar tanto a população como os trabalhadores da Reolian, vai dar a conhecer os seus planos e as suas opções para resolução desta situação?

3. As empresas prestadoras de serviços de utilidade pública têm a responsabilidade de fornecer os serviços necessários à população, portanto, qualquer fundamento para justificar a suspensão de tais serviços é uma irresponsabilidade. O Governo deve rever todas as cláusulas dos contratos, o valor da caução e o capital social das empresas prestadoras de serviços públicos, por forma ao agravamento das consequências caso suspendam a prestação dos seus serviços. O Governo vai fazer isso? A fim de salvaguardar os interesses gerais da sociedade, de que medidas dispõe o Governo para evitar que mais nenhuma empresa de utilidade pública utilize a suspensão dos seus serviços como forma de exigência para o aumento de preços e tarifas?

23 de Outubro de 2013

A Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I